

IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fernando Scheeffler¹

Resumo: Um dos focos de interesse na literatura brasileira recente é a verificação do grau em que as supostas diferenças ideológicas entre os partidos interferem no comportamento dos atores políticos. Diante desse cenário, o presente trabalho se propõe verificar o peso da ideologia no comportamento parlamentar em tempos atuais a partir da análise de um conjunto de votações nominais ocorridas durante o governo Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. São analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam em dissenso entre parlamentares e partidos de esquerda e de direita. O banco de dados utilizado consiste nas informações disponibilizadas pelo site da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI). O posicionamento ideológico é confrontado com o posicionamento estratégico (governo/oposição) a fim de saber qual variável tem melhor poder explicativo. Em termos metodológicos foram calculados os coeficientes de contingência das duas variáveis, além de serem feitas análises de regressão logística. Sem pretender negar a importância das relações presentes no nosso presidencialismo de coalizão, o trabalho mostra que em temas com teor ideológico claro, sobretudo aqueles que extrapolam a tradicional dimensão relativa a mais ou menos Estado, a ideologia prevalece e os partidos em sua maioria se posicionam de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico. A exceção são os casos em que estão em jogo recursos financeiros, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao executivo federal.

Palavras chave: Esquerda; Direita; Ideologia; Câmara dos Deputados.

Recebido em: 13/06/2018

Aceito em: 21/08/2018

¹ Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Contato: fernando.scheeffler@udesc.br

IDEOLOGY AND PARLIAMENTARY BEHAVIOR IN THE CHAMBER OF DEPUTIES

Abstract: One of the main focus in recent Brazilian literature is the verification of the grade in which the so supposed ideological differences between political parties interfere in the behavior of political actors. In this scenario, the present study is proposing to verify the weight of ideology in parliamentary behavior in modern times starting from the analysis of a set of roll call votes in the Brazilian Chamber of Deputies that took place during Dilma Rousseff government. Substantial themes were analyzed from the political-ideological point of view themes that in theory would involve disagreements between parliamentarians (and parties) from left and right. The used database is the information provided by the website of the Deputy Chambers, with responsibility of the Center of Documentation and Information (CEDI). The ideological position is confronted with the strategic positioning (government / opposition) in order to know which variable has the best explanatory power. In methodological terms, besides there has been calculated the coefficient of contingencies and logistic regression analysis. Without trying to deny the importance of relations that exist in our coalition presidentialism, the study shows that in themes with a clear ideological content, especially those that go beyond the traditional dimension relative to a more powerful state or a less powerful one, the ideology prevails, and the parties, in their majority, stand themselves coherently with what is expected from the ideological-political point of view. The exceptions are the cases in which financial resources are in dispute, because very significant amounts of federal resources will be needed or because very high financial allowance to the federal executive will be generated.

Key words: Left; Right; Ideology; Chamber of Deputies.

1. Introdução

Apesar de renegada, a terminologia direita e esquerda continua fazendo parte do discurso político. Bem ou mal utilizados, os termos continuam familiares para o eleitorado e vinculados reiteradamente nos mais diversos meios de comunicação. Diante disso, faz sentido analisar o que esses termos, com conotações de várias ordens, representam nos dias atuais, se é que representam.

Recentemente, passa a ser foco de interesse a verificação em que grau as supostas diferenças ideológicas entre os partidos acarretam diferentes comportamentos dos atores políticos. Diante desse cenário, o presente trabalho se propõe verificar o peso da ideologia no comportamento parlamentar em tempos atuais a partir da análise de um conjunto de votações nominais ocorridas durante o governo Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, sejam elas ligadas a temas clássicos ou “novos” temas que se fazem presentes no debate contemporâneo. São analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam em dissenso entre parlamentares e partidos de esquerda e de direita.²

Se como expõe Carreirão (2014), até 2002 falar em governo e oposição era semelhante a falar em centro-direita e esquerda, dada a composição de blocos coesos ideologicamente, a partir de 2003, o cenário se complexifica. As coalizões passam a contar com um maior número de partidos e de todos os campos ideológicos. Levando em conta a influência do posicionamento ideológico e estratégico, faz sentido buscar discernir se as diferenças e o grau de previsão das posturas assumidas devem-se às ideologias dos partidos ou ao fato de fazerem parte ou não de coalizões pró ou contra o governo, variável que mais coloca em cheque a validade da dicotomia esquerda-direita em tempos atuais. Assim sendo, a questão-problema que se apresenta é a seguinte: as diferenças ideológicas dos partidos conseguem explicar o posicionamento dos parlamentares no legislativo? As várias divergências em relação a essa temática deixam clara sua complexidade e sugerem ser este um campo promissor de estudo.

Poucos estudos brasileiros se aproximam do que é pretendido aqui. Os mais próximos são os realizados por Kinzo (1990) e Leoni (2002). Kinzo (1990), a partir das votações das questões mais polêmicas do Projeto Cabral submetido ao plenário da Constituinte sugere que, como era de se esperar do ponto de vista teórico, os partidos à direita tiveram melhor pontuação em governismo e conservadorismo, ao passo que os partidos de esquerda demonstraram-se contrários a essas categorias e com altos escores em “democratismo”, nacionalismo e com postura claramente anti-bancos. Leoni (2002), por sua vez, buscou estimar as posições ideológicas dos deputados a partir das preferências expressas em votações nominais realizadas em plenário entre 1991 e 1998 (49ª e da 50ª legislatura). Segundo ele há uma estrutura ideológica basicamente unidimensional e as posições dos partidos são previsíveis e estáveis ao longo do tempo. A grande questão que se coloca é saber até que ponto os parlamentares votarem disciplinadamente ou semelhantemente a partidos

² O presente artigo sintetiza os principais resultados da tese defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em agosto de 2016 sob a orientação do prof. Yan de Souza Carreirão.

posicionados no mesmo espectro ideológico significa afirmar que se trata de um voto ideológico, visto que não é analisado o posicionamento em si.

Elencadas as proposições que serão objeto de análise, o objetivo aqui é analisar as votações nominais em plenário para averiguar o comportamento dos parlamentares na Câmara dos Deputados. A escolha da Câmara dos Deputados e não do Senado se dá visto que, como aponta Ricci (2003), o Senado exerce normalmente uma função revisora sobre os projetos vindos da Câmara. O mesmo não ocorre quando se fala dos seus próprios projetos, em que há um papel autorregulador importante. A Câmara dos Deputados é a esfera em que normalmente tem início o trâmite da maioria das proposições legislativas. Serão analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam dissenso entre parlamentares e partidos de esquerda e de direita. Se como afirma Friedrich, citado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 587), as ideologias são “sistemas de ideias conexas com a ação”, ou então “um programa e uma estratégia para a sua atuação”, o que se pretende é constatar em que medida o voto efetivo dos parlamentares condiz com aquilo que seria esperado teoricamente de cada parlamentar, segundo o campo ideológico em que está situado o partido a que pertence.

Para dar conta da questão-problema o presente artigo inicia com uma discussão teórica a respeito do significado da terminologia esquerda e direita, ressaltando tanto distinções clássicas quanto a emergência de “novos” temas relacionados à dicotomia. Vencida esta etapa parte-se para a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, à análise e discussão dos resultados, bem como conclusões.

2. Esquerda e direita: distinções clássicas e “novos” temas

Para que se possa entender o que supostamente representam os conceitos de direita e esquerda hoje, o primeiro passo é compreender o surgimento dessas terminologias. Elas advêm da Revolução Francesa (1789), quando iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa e quando os representantes políticos se posicionaram em lugares diferenciados nos assentos do plenário. De uma maneira bastante simplificada, é possível afirmar que à esquerda do plenário sentaram-se delegados identificados com o igualitarismo e buscando uma reforma social, ao passo que à direita um grupo identificado com a aristocracia e o conservadorismo (Tarouco, Madeira, 2013).

Então, como se pode notar, os termos direita e esquerda, embora etimologicamente tragam uma conotação espacial, em se tratando de ideologias políticas, passaram a denotar perfis político-ideológicos distintos. De maneira geral, é possível afirmar que existem três grandes modos de visualizar esta questão nos dias atuais. Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa. Por outro lado, há os defensores de que não faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura. Já um terceiro grupo, a grande maioria, sugere a atualização do significado das terminologias, ao acreditar que,

atualmente, os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem.

Um dos defensores mais conhecidos da crença de que é necessário atualizar o significado desta terminologia é Norberto Bobbio (1995). Para o autor, a distinção entre direita e esquerda continua a ser usada, o que sugere que o problema se desloca: agora não se trata mais de comprovar sua legitimidade, mas de examinar os critérios propostos para sua legitimação. Assim sendo, para ele, há distinção significativa entre as pessoas neste aspecto. Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. "A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social" (Bobbio, 1995, p. 122).

Em relação a essa temática, Giddens (1996) acredita que essa díade permanece válida, mas apenas em um plano bastante geral. No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo relevante. Segundo o autor, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, até certo ponto, a veem como um princípio motivador da eficiência econômica. Os que criticam os neoliberais, geralmente, o fazem por considerarem os modelos de livre mercado produtores de uma sociedade excessivamente dividida.³

Diante desse cenário controverso, Sader (2009) aponta que a esquerda acabou oscilando entre projetos reformistas e projetos de ruptura. Para o autor, não existe necessariamente um antagonismo entre essas duas estratégias. Depende do tipo de reforma e, em última instância, o quanto esta consegue abalar as relações de poder. Se há consenso por parte da esquerda de que o capitalismo por si só não permite igualdade de oportunidades, o entrave maior está na possibilidade ou não de se "humaniza-lo" ou "domesticá-lo". Para Wood (2011), por exemplo, o capitalismo é, na essência, incompatível com a democracia em seu sentido mais amplo. Segundo ela, "[...] um capitalismo humano, 'social' e verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo" (p. 8). Mesmo tendo ciência deste tipo de leitura, optou-se por reduzir a esquerda à defesa de estratégias socialdemocratas e descartar a concepção marxista, não entrando no mérito dos limites de um ou outro modelo. É evidente que atualmente a dimensão "mais" ou "menos" Estado tem balizado grande parte

³ Aspecto bastante importante levantado por Giddens (1996) é a troca de posições atualmente entre Direita e Esquerda. O radicalismo na sua essência significava não só a realização de mudanças, mas o controle dessa mudança de forma a conduzir a história para a frente. E é este projeto, segundo ele, que agora parece ter entrado em declínio. Ser conservador, por outro lado, significa sobretudo querer preservar. Nas atuais circunstâncias parece que a Esquerda vem tentando preservar o *welfare state* em vez de tentar abalá-lo. Segundo ele a esquerda se tornou conservadora enquanto a Direita, inspirada no neoliberalismo, possui uma proposta clara para o futuro do capitalismo.

do debate político e, por isso, estratégias do tipo socialdemocratas e neoliberais acabam por dar conta, em boa medida, dos principais projetos políticos defendidos em tempos atuais. Uma das alternativas teórico-práticas encontradas (conscientemente ou por intermédio de "erro e acerto") pela nova esquerda foi a socialdemocracia.

Para Giddens (2000), a socialdemocracia consistiria, então, em um caminho distinto do capitalismo de mercado americano e do socialismo soviético, uma tentativa de "humanizar" o capitalismo. A socialdemocracia vê o mercado como gerador de efeitos perversos, algo que os próprios socialistas já haviam diagnosticado. No entanto, a socialdemocracia acredita ser possível amenizá-los ou até extingui-los, por meio da intervenção do Estado no mercado. O Estado teria a obrigação de fornecer bens públicos que os mercados não supriam, ou só o fariam de forma fragmentada. Dessa maneira, uma forte presença do governo na economia e nos demais setores da sociedade seria algo plausível e desejável, visto que, por essa concepção, o poder público representa a vontade coletiva. Para a socialdemocracia clássica, a participação do governo na vida dos indivíduos é algo necessário e invejável. Benefícios estatais são essenciais para o auxílio aos que não conseguiriam, por si só, defender-se. "Como Marx, Keynes, encarava o capitalismo como dotado de qualidades irracionais, mas acreditava que seria possível controlá-las para salvar o capitalismo de si mesmo" (Giddens, 2000, p. 19).

Aggio (2013) apresenta alguns valores que permanecem como eixos da identidade política e cultural da esquerda, hoje, o que se encaixa perfeitamente no conjunto de princípios socialdemocratas:

1. A defesa do bem-estar-social ao invés do bem-estar individual;
2. A valorização das responsabilidades coletivas;
3. A extensão da igualdade de oportunidades para todos;
4. A vigência de um Estado forte que seja capaz de corrigir as injustiças sociais por meio de uma ação distributivista da riqueza material produzida pela sociedade e, por fim;
5. A perspectiva de uma mudança das estruturas de poder por meio da democratização e da participação política (p. 102).

Já o neoliberalismo, segundo Anderson (1995), é um fenômeno distinto do liberalismo clássico. É uma adaptação e atualização do liberalismo clássico às novas condições sociais e históricas. Nasce logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte. Foi, segundo o autor, uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

Segundo Hofling (2001), as ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista (políticas públicas estatais) são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado seria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar, com vistas a restabelecer esse equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades

na estrutura ocupacional da sociedade. Nesse ideário, o mercado é a matriz da riqueza, da eficiência e da justiça.

Para Moraes (2002), as narrativas neoliberais pretenderam, e em certa medida conseguiram, oferecer explicação palatável para os problemas derivados das políticas sociais ou do Estado de Bem-Estar Social. Três argumentos são centrais:

1. Os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento);
2. Os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas;
3. Os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas (MORAES, 2002, p. 2).

Para Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *welfare state*. A maioria dos socialdemocratas defende um Estado com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo. Essa parece ser a discrepância e a disputa fundamental entre a "nova esquerda" e o "novo liberalismo". De um lado, em prol da justiça, a "nova esquerda" abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou "humanizá-lo" por meio de um Estado interventor. Privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da "nova direita", que, acreditando nas benesses do mercado, defende um Estado mínimo.⁴

De forma bastante simplificadora e para fins didáticos segue uma tentativa de sistematização de algumas diferenças da esquerda e da direita em tempos atuais e que justifica a escolha da legislação analisada, bem como expectativa de comportamentos diferentes entre parlamentares de esquerda e direita.

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados as ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve dar-se sempre que se julgar necessário (Keynes, 1985).	O Estado deve abster-se de questões econômicas, já que o mercado se autorregula, como se houvesse uma "mão invisível" orientando esse processo (Smith, 1982).
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser enfrentada via programas sociais ou superação da ordem, no caso de uma esquerda mais radical (Souza, 2009).	A pobreza, quando atacada, deve dar-se de forma focalizada e limitada. Auxílios "exagerados" podem levar à acomodação e ao declínio da "ética do trabalho" (Oliveira, 2003).

⁴ Couto (2014) destaca que reduzir a dimensão esquerda/direita à maior ou menor intervenção estatal é algo demasiadamente simplificado, visto que alguns intervencionismos podem ser de direita, por exemplo. No caso brasileiro, isso fica evidente, analisado o período de desenvolvimento do regime militar. Houve intervencionismo, no entanto, este não se demonstrou igualitário, pelo contrário. O crescimento é prioridade e a desigualdade é necessária para a promoção deste e para o bom funcionamento do mercado. Desta forma, o intervencionismo apenas pode ser associado à esquerda em sua vertente igualitária.

A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades (Souza, 2009).	A criminalidade, em grande parte, é responsabilidade dos indivíduos (Souza, 2009).
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem (Couto, 2006).	Os tributos são maléficos, pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico (Moraes, 2002; Oliveira, 2003).
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho (Couto, 2006).	O mercado de trabalho deve ser desregulado, visto que o mercado autorregula as relações de trabalho (Oliveira, 2003).
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado (Aggio, 2013; Setembrini, 1997).	Buscando diminuir o tamanho do Estado, uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais - privatização (Moraes, 2002; Oliveira, 2003).

Fonte: elaborado pelo autor

Como aponta Heywood (2010a), no cerne das mudanças que estamos presenciando, está a transição das sociedades industriais para as pós-industriais. Nas sociedades industriais, as divisões de classes eram relativamente mais claras, por exemplo, o que contribuía para a estruturação do processo político, sistema partidário, competição entre grupos de interesse e o próprio debate ideológico. Já as sociedades pós-industriais são diferentes em vários aspectos. As questões eminentemente materiais ou de sobrevivência se tornam secundárias para uma proporção cada vez maior da população. Em condições mais prósperas, os indivíduos manifestam maior interesse por questões "pós-materiais". Estão presentes temas como igualdade entre os sexos, paz mundial, harmonia racial, proteção ambiental e direitos dos animais.⁵

O novo cenário fluido proposto por uma gama significativa de autores tenta expor a complexidade de um tempo em que as divergências e os antagonismos vão além do mundo material, bem como da concepção do "melhor" Estado possível. Autores como Heywood (2010b) e Rosas e Ferreira (2013), diante desse cenário, optam por falar em "velhos" e "novos" temas, opção escolhida neste trabalho.

Se é fácil constatar o quanto as ideologias se metamorfoseiam com o tempo, a grande dilema está em saber quais delas são "braços" das primeiras ou então novas questões e, por isso, independentes. Heywood (2010a; 2010b) busca apresentar as principais ideologias clássicas, assim como as "novas" ideologias. Estas últimas, segundo ele, diferem das "clássicas" por várias razões, sendo três as principais diferenças. Em primeiro lugar, houve uma mudança de enfoque da economia para a cultura. Ideologias como o liberalismo e o socialismo, por exemplo, ocupavam-se primordialmente de questões de organização econômica. As "novas" ideologias, diferentemente, estão mais interessadas na cultura do que na economia. Valores, crenças e estilos de vida das pessoas sobrepõem-se à busca por conforto econômico ou justiça social. Em segundo lugar, o termo classe social passa a dar lugar à identidade. Falar em identidade é vincular o pessoal ao social. Não se nega o contexto cultural, social e ideológico, ao mesmo tempo em que se leva em consideração a possibilidade de escolha e

⁵ O célebre defensor do chamado pós-materialismo é Inglehart (1977). Segundo ele, haveria, após a segunda metade do século XX, uma lenta e gradual mudança de um amplo espectro de valores humanos.

autodeterminação (individualização). Por fim, o universalismo dá lugar ao particularismo. Segundo ele, as mais significativas são o feminismo, o ecologismo, o fundamentalismo religioso e o multiculturalismo. Cada uma, a seu modo, ressaltou o quão fragmentado passa a ser o debate ideológico.

Segue um quadro-síntese com o propósito de didaticamente demonstrar o posicionamento da esquerda e da direita sobre alguns “novos” temas presentes no cenário atual.

Quadro 2 - Divergências em relação aos “novos” temas

Esquerda	Direita
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.
Tendência ao liberalismo, em se tratando de questões comportamentais.	Tendência ao conservadorismo.

Fonte: Adaptado de Almeida (2001)

Madeira e Tarouco (2011) ressaltam este componente indispensável na discussão sobre o significado dos termos esquerda e direita: seu aspecto relacional. É indispensável atentar para a agenda política de cada país. As definições variam de país para país e em um mesmo país ao longo do tempo e talvez por isso o debate é tão repleto de controvérsias. Alguns países possuem questões históricas específicas como a identidade nacional no Japão, a religião na Turquia e a questão palestina em Israel.⁶ Em relação ao caso brasileiro, Tarouco (2011) e Tarouco e Madeira (2013), afirmam que, se há uma substituição de valores materialistas por pós-materialistas, esta seria uma outra dimensão, sem necessariamente estar relacionada à tradicional dicotomia esquerda e direita.

A partir de uma concepção diferenciada, questão central nessa discussão é o quanto que o posicionamento esquerda/direita é adequado para diferenciar as posições em relação a temas relacionados a questões pós-materialistas. Mesmo não havendo consenso em relação à essa resposta, com o presente trabalho pretende-se formular hipóteses que sugerem que é possível incluir os posicionamentos sobre diversos temas relacionados a valores pós-materialistas à polaridade esquerda/direita, hipóteses que serão testadas na parte empírica do presente trabalho. Vários são os estudos que sugerem este vínculo em vários países (Charnock, Ellis, 2004 (Austrália); Layman, Carmines, 1997 (Estados Unidos); Belchior, 2010 (Bélgica, França, Alemanha e Luxemburgo); Jou, 2011 (Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Taiwan); Thomassen,

⁶ São chamadas de *local policy dimensions* essas questões nacionais que distinguem de forma bastante clara um país do outro. A influência do regime militar brasileiro e a clivagem entre apoiadores e opositores e a ligação com a terminologia esquerda e direita é um exemplo disso.

1999 (Holanda). Em comum está a constatação da presença de questões que extrapolam divergências a respeito do Estado/mercado importantes e descartam a tese de um sistema multidimensional. Como disposto no quadro 2 e condizente com o que se esperaria teoricamente, a esquerda seria mais liberal em temas morais, a direita conservadora, a esquerda defensora do multiculturalismo, a direita mais avessa, esquerda e direita divergiriam sobre a melhor forma de participação política, a esquerda tenderia ser mais ambientalista, a direita menos por considerar a regulação ambiental um empecilho ao crescimento econômico. Esta é a hipótese que pretendeu-se testar.

6. Procedimentos metodológicos

Quanto ao procedimento adotado para a coleta de dados, o banco de dados utilizado foram as informações disponibilizadas pelo *site* da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI). Dentro do tópico atividade legislativa, é possível escolher os projetos de lei ou outra proposição de interesse e acompanhar seu histórico: datas importantes, votações, conteúdos de emendas etc. Trata-se de informações oficiais e, por isso, constituem fonte fidedigna de dados.

O período objeto de análise foi o governo Dilma (2011-2015). Tendo acesso à base de dados do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), com todas as votações nominais realizadas na Câmara dos Deputados no período, foram escolhidas aquelas notadamente ideológicas, isto é, aquelas que foi possível supor um comportamento esperado dos partidos de esquerda e direita a partir do que foi desenvolvido na base teórica. O quadro 3 demonstra a legislação analisada, bem como a expectativa de comportamento por parte da esquerda e da direita.

Quadro 3 – Legislação analisada

"Velhos" temas		Expectativa de comportamento	
		Esquerda	Direita
Economia	MPV 532/2011 /Amplia as áreas de atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - destaque PSDB (autoriza a criação de subsidiárias e adequa os Correios à Lei 6.404, das Sociedades Anônimas) – 17/08/2011.	Não	Sim
	PLN 36/2014 /Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 (fórmula de cálculo do superávit primário) – 04/12/2014.	Sim	Não
	PL 6726/2013 /Partilha do pré-sal – urgência ⁷ para apreciação – 06/10/2015.	Não	Sim
Seguridade social	PL 1992/2007 /Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais – subemenda substitutiva global – 28/02/2012.	Não	Sim

⁷ A solicitação do regime de urgência é um regime de tramitação que dispensa algumas formalidades regimentais. Normalmente é um recurso utilizado para acelerar a aprovação de um projeto.

Educação	PL 8035/2010 /Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 – destaque aplicação 10% PIB (público/privado) – 03/06/2014.	Não	Sim
	PEC 395/2014 /Cobrança por especialização em universidades públicas – substitutivo da comissão especial – 21/10/2015.	Não	Sim
Direitos trabalhistas	PL 382/2011 /Salário mínimo R\$600,00 – destaque PSDB – 11/02/2011.	Sim	Não
	PLP 302/2013 /Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico – emenda nº38 (destaque parcelas do seguro-desemprego) – 17/03/2015.	Não	Sim
	PL 4330/2004 /Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes –emenda aglutinativa nº 15 (terceirização da atividade-fim) – 22/04/2015.	Não	Sim
	MPV 665/2014 /Estabelece novas regras para concessão do seguro desemprego e do abono salarial – projeto de lei de conversão – 07/05/2015.	Não	Sim
Reforma agrária	PEC 438/2001 /Estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras) – 22/05/2014.	Sim	Não
Reforma política/eleitoral	PEC 182/2007 /Financiamento empresarial de campanha – emenda 28 – 27/05/2015.	Não	Sim
Segurança	PEC 171/1993 /Redução da maioria penal para 16 anos – substitutivo da Comissão Especial – 02/07/2015.	Não	Sim
Tributos	PLP 306/2008 /Criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) – destaque DEM – 21/09/2011.	Sim	Não
	MPV 675/2015 /Eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras – projeto de lei de conversão – 03/09/2015.	Sim	Não
Relações internacionais	PDC 2600/2010 /Aumento repasse Paraguai (Tratado de Itaipu – 06/04/2011.	Sim	Não
“Novos” temas			
Meio ambiente	PL 1876/1999 /Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa – emenda 164 (regulariza a situação de ocupações ilegais em APPs até 2008) – 24/05/2011.	Não	Sim
	PL 4148/2008 /Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento – 28/04/2015.	Não	Sim
Multiculturalismo	PL 6738/2013 /Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos – 26/03/2014.	Sim	Não
	PL 1057/2007 /Dispõe sobre o combate a práticas indígenas nocivas – subemenda substitutiva global – 26/08/2015.	Não	Sim
Participação social	PDC 1491/2014 /Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação social Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação social Social – SNPS – 15/07/2014.	Não	Sim
Conservadorismo	PL 7699/2006 /Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências – texto “será respeitada a especificidade de gênero e orientação sexual da pessoa com deficiência”, inciso VI do §4º do art. 18 – 05/03/2015.	Sim	Não
Gênero/feminismo	PEC 182/2007 /PEC da fidelidade partidária – emenda aglutinativa nº 57 (cota para mulheres) – 16/06/2015.	Sim	Não
Direitos humanos	PL 7376/2010 /Criação da Comissão Nacional da Verdade – REQ 1548/2011 (urgência para apreciação) – 21/09/2011.	Não	Sim

Fonte: elaborado pelo autor

Foram elencadas proposições votadas a partir do Governo Dilma, período em que falar em governo e oposição é diferente de falar em esquerda e direita, momento em que as coalizões governistas e oposicionistas são heterogêneas do ponto de vista ideológico. Dessa forma, evita-se a dificuldade encontrada em estudos como o de Leoni (2002), em que não é possível distinguir se o voto de um deputado está associado a seu posicionamento ideológico ou ao posicionamento de seu partido em relação ao governo, já que, até o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, essas duas dimensões se superpunham. Preferencialmente, foram privilegiadas partes específicas das leis, partes menos consensuais e alvo de maiores divergências, visto que os textos finais, em muitos casos, são resultado de uma série de concessões e acordos.

Para cada lei foi construída uma tabela de contingência, confrontando o voto tanto com a variável ideologia (direita, centro e esquerda) quanto com o pertencimento a governo ou oposição. A partir dela foi calculado o coeficiente de contingência depois de constatada significância. Spiegel (1993) afirma que o coeficiente de contingência é uma medida do grau de associação das variáveis. Variando de 0 a próximo a 1, 0 representaria uma completa independência, ao passo que quanto mais próximo de 1, maior a associação. Usualmente, afirma-se que um valor acima de 0,5 indicaria uma associação moderada para forte e estatisticamente relevante. O nível de significância (valor p) é expresso em termos de probabilidade. Sendo menor que 0,05, pode-se afirmar que as variáveis estão relacionadas (Fávero et al., 2009).⁸

Verificado em cada lei qual a variável com maior poder explicativo foi aplicado o modelo de regressão logística binária. Segundo Fávero et al. (2009), trata-se de uma técnica estatística utilizada para descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e múltiplas variáveis independentes. Para Ribas e Vieira (2011, p. 195), “[...] é um método de predição multivariada, que é empregado quando as variáveis independentes são utilizadas na explicação do resultado categórico (variável dependente), frequentemente dicotômico”. A variável dependente, nesse caso, seria o voto (sim e não) e as variáveis independentes ideologia (direita/centro/esquerda) e situação (governo/oposição), ambas categóricas. A regressão logística estima a chance de ocorrência de determinado evento, ao explicar o impacto das variáveis independentes sobre a dependente. Vale ressaltar que a técnica tem algumas peculiaridades, como empregar chance em lugar de probabilidade. Falar em chance é falar da razão entre a probabilidade de determinado evento ocorrer ou não (Ribas, Vieira, 2011).

Verificado o comportamento parlamentar por meio do voto, será relacionado este com o espectro ideológico do partido a que pertence. No geral, os autores pouco divergem em relação à alocação dos partidos nas categorias esquerda e direita. Foi utilizada aqui a classificação realizada para a elaboração do livro “Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências” (Krause, Machado e Miguel, 2017). Trata-se de uma classificação realizada justamente buscando uma padronização a ser utilizada por diversos pesquisadores

⁸ De posse do valor de χ^2 e do grau de liberdade e escolhido o nível de confiança (0,05, significativo, ou 0,01, muito significativo), com base distribuição de qui-quadrado chega-se a sua significância.

envolvidos no projeto patrocinado pela Fundação Konrad-Adenauer, que resultou no livro mencionado. Para a verificação dos partidos pertencentes às coalizões de governo nos períodos da votação, foi utilizado o banco de dados legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP/USP).

7. Análise e discussão dos resultados

Discutida a metodologia passa-se à análise e discussão da legislação escolhida com o intuito de verificar o quanto as divergências em relação a temas-chave podem ser explicadas pela aderência à oposição ou coalização governista, ou então às diferenças ideológicas dos partidos vinculados à esquerda ou direita.

O quadro 4 volta-se a questões clássicas que a princípio deveriam diferenciar partidos de esquerda e direita. Sinteticamente é demonstrado qual a variável independente que predominou em cada votação a partir do coeficiente de contingência, bem como análise de regressão logística realizada.

Quadro 4 – Síntese dos resultados “velhos” temas

Legislação analisada		Predominância		Análise de regressão logística	
		Coeficiente de contingência	Sig.	Sig.	Exp(B)
Economia	MPV 532/2011	G/O (0,38) Ideologia (0,31)	p<0,01 p<0,01	,000 (Governo)	,198
	PLN 36/2014	G/O (0,40) Ideologia (0,25)	p<0,01 p<0,01	,000 (Governo)	,064
	PL 6726/2013	G/O (0,49) Ideologia (0,31)	p<0,01 p<0,01	,000 (Governo)	49,519
Seguridade social	PL 1992/2007	Ideologia (0,22) G/O (0,12)	p<0,01 p<0,01	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,231 ,144
Educação	PL 8035/2010	Ideologia (0,27) G/O (0,20)	p<0,01 p<0,01	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,306 ,072
	PEC 395/2014	Ideologia (0,47) G/O (0,10)	p<0,01 p<0,05	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,086 ,040
Direitos trabalhistas	PL 382/2011	G/O (0,50) Ideologia (0,25)	p<0,01 p<0,01	,000 (Governo)	76,553
	PLP 302/2013	G/O (0,47) Ideologia (0,00)	p<0,01 p=0,07	,000 (Governo)	,080
	PL 4330/2004	Ideologia (0,43) G/O (0,00)	p<0,01 p=0,13	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,123 ,070
	MPV 665/2014	G/O (0,47) Ideologia (0,00)	p<0,01 p=0,05	,000 (Governo)	,110
Reforma agrária	PEC 438/2001	Ideologia (0,21) G/O (0,00)	p<0,01 p=0,32	,001 (Direita) ,015 (Centro)	13,546 7,244
Financiamento eleitoral	PEC 182/2007	Ideologia (0,58) G/O (0,13)	p<0,01 p<0,01	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,036 ,020
Segurança	PEC 171/1993	Ideologia (0,56) G/O (0,00)	p<0,01 p=0,07	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,027 ,032

Tributos	PLP 306/2008	Ideologia (0,49) G/O (0,33)	p<0,01 p<0,01	,000 (Centro)	39,102
	MPV 675/2015	G/O (0,46) Ideologia (0,35)	p<0,01 p<0,01	,000 (Governo)	,029
Relações internacionais	PDC 2600/2010	G/O (0,41) Ideologia (0,30)	p<0,01 p<0,01	,000 (Governo)	,037

Fonte: elaborado pelo autor

Das leis acima a ideologia prevaleceu em metade delas, chamando a atenção o maior peso na redução da maioria penal (PEC 171/1993) e financiamento empresarial de campanha (PEC 182/2007). Em relação à maioria penal, fica claro o que, como expõe Souza (2009), a controvérsia fundamental se dá entre os que privilegiam a responsabilidade individual pelas próprias ações, não culpando a sociedade e vitimizando o criminoso, e os que acreditam que condições, não só materiais, mas também simbólicas, explicam em grande parte como grupos constroem-se e reproduzem-se como bem sucedidos ou fracassados desde o berço. A direita optaria por defender o primeiro argumento, ao passo que a esquerda, ao negar essa premissa, tenderia a achar mais coerente o segundo. No tocante ao financiamento empresarial de campanha, percebe-se um claro componente ideológico. O argumento típico da esquerda é que o financiamento privado privilegia os grandes doadores que passam a influenciar os candidatos e, depois, as decisões dos eleitos. Os favoráveis afirmam que a proibição do financiamento direto não conseguirá ocultar os laços entre empresas e candidatos, ou seja, a relação entre Estado e mercado. Por sua vez o financiamento público trata-se de uma intromissão indevida do Estado ao usar o dinheiro do contribuinte para financiar candidaturas que inclusive ele não escolheu (Villeneuve, 2015).

Como se pode notar no quadro 4, nas votações que estava em jogo, direta ou indiretamente, um maior ou menor papel do Estado (16), a ideologia é um bom preditor do que ocorreu em 50% dos casos. Em metade das votações, a afinidade ou o distanciamento com o executivo suplanta a concepção político-ideológica que alicerça os partidos. Destacam-se as votações do aumento da CSLL, seguro-desemprego e abono salarial, seguro-desemprego para trabalhadores domésticos, concessão do pré-sal e valor do salário mínimo em 2011. O que há de comum nas votações em que o posicionamento estratégico explica melhor o comportamento dos partidos do que a ideologia, é o impacto financeiro, ou seja, o envolvimento de recursos financeiros. Como exemplo, no caso do aumento da CSLL de 15% para 20% (MPV 675/2015) a medida deveria proporcionar uma arrecadação extra de cerca de R\$ 4 bilhões por ano, segundo estimativas do governo (Ribeiro, et al., 2015). Nesta votação a chance de um parlamentar governista votar "não" é de menos de 3% da chance de um parlamentar da oposição. Semelhantemente, a MPV 665/2014 endurece as regras de acesso ao seguro-desemprego, busca fazer frente aos enormes gastos com o benefício. Segundo o governo, em 2013, as despesas com abono salarial e seguro-desemprego somaram R\$ 31,9 bilhões e R\$ 14,7 bilhões, respectivamente (Câmara dos Deputados, 2015). Sendo do governo a chance do parlamentar votar "não" é 11% da chance de um parlamentar opositor.

Tais medidas fazem parte do pacote de ajuste fiscal conduzido pelo governo e com claro interesse em equilibrar as contas públicas. Tais evidências certificam a premissa de que

quando estão em jogo recursos financeiros robustos, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao executivo federal, o posicionamento estratégico se sobressai. Embora o impacto dos recursos financeiros esteja também presente em votações como a da previdência complementar dos servidores públicos (PL 1992/2007) e Contribuição Social para a Saúde (CSS) - PLP 306/2008, no primeiro caso, a relação não é muito consistente com nenhuma das duas variáveis. No que diz respeito à CSS a ideologia tem maior poder explicativo, no entanto o único partido a votar em peso foi o PT, que com sua enorme bancada acabou no cômputo geral ressaltando o componente ideológico (dos 76 votos “não”, 70 vieram do PT).

Na sequência são apresentadas a síntese das votações que envolvem temas que extrapolam a dimensão Estado/mercado e as análises estatísticas realizadas.

Quadro 5 – Síntese dos resultados “novos” temas

Legislação analisada		Predominância		Análise de regressão logística	
		Coefficiente de contingência	Sig.	Sig.	Exp(B)
Meio ambiente	PL 1876/1999	Ideologia (0,52) G/O (0,28)	p<0,01 p<0,01	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,167 ,012
	PL 4148/2008	Ideologia (0,57) G/O (0,00)	p<0,01 p=0,05	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,026 ,011
Multiculturalismo	PL 6738/2013	Ideologia (0,16) G/O (0,13)	p<0,01 p<0,05	,018 (Direita) ,070 (Centro)	3,505 2,863
	PL 1057/2007	Ideologia (0,47) G/O (0,15)	p<0,01 p<0,01	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,049 ,016
Participação	PDC 1491/2014	Ideologia (0,55) G/O (0,28)	p<0,01 p<0,01	,000 (Direita) ,000 (Centro)	,018 ,006
Conservadorismo	PL 7699/2006	Ideologia (0,36) G/O (0,00)	p<0,01 p=0,08	,000 (Direita) ,052 (Centro)	6,353 1,830
Feminismo	PEC 182/2007	Ideologia (0,28) G/O (0,00)	p<0,01 p=0,14	,000 (Direita) ,000 (Centro)	6,443 4,495
Direitos humanos	PL 7376/2010	Ideologia (0,25) G/O (0,10)	p<0,01 p<0,05	,000 (Direita) ,088 (Centro)	8,254 2,740

Fonte: elaborado pelo autor

Chama a atenção a forte relação entre ideologia e voto na votação do Plano Nacional de Participação Social (PDC 1491/2014), Código Florestal Brasileiro (PL 1876/1999) e rotulagem de transgênicos (PL 4148/2008). Os valores dos coeficientes de contingência, bem como os dados da regressão logística confirmam o peso da ideologia em todas as votações, especialmente nas acima citadas. Na votação do PDC 1491/2014 um parlamentar de direita tem 1,8% e centro 0,6% de chance comparado a um parlamentar de esquerda. No caso do PL 1876/1999 a chance de um parlamentar de centro votar “não” equivale a um pouco mais de 1% da chance de um parlamentar de esquerda. Já a chance de um de direita equivale a cerca de 16% da chance de um de esquerda. Na votação do PL 4148/2008 ser de direita implicaria em 2,6% da chance comparado a um de esquerda; ser de centro cerca de 1%. Nos considerados “novos” temas a ideologia triunfa em todas as votações, destacada a ênfase na questão ambiental, aparentando ser este um claro divisor de águas entre esquerda e direita.

Os dados empíricos confirmam o maior peso da ideologia, obviamente evocando que as duas variáveis escolhidas se entrecruzam, cada uma delas se demonstrando mais ou menos significativas dependendo do contexto e do que está em jogo na arena política. Fica difícil ainda detectar inclusive momentos em que o voto ideológico pode ser considerado estratégico, situações em que, por exemplo, os partidos percebendo que a votação está ganha ou perdida, optam por se comportar ideologicamente por implicar em menos custos para o partido e para os parlamentares.

Como salientam Tarouco, Vieira e Madeira (2015), o debate contemporâneo vai além dos que defendem políticas redistributivistas e os que priorizam o ajuste fiscal, ou ainda, de forma pejorativa, os populistas e os neoliberais. Não é possível afirmar que o sistema partidário brasileiro não se caracteriza por importantes distinções ideológicas, entretanto, tudo indica que vivenciamos uma nova polarização política em que emergem a oposição agora entre, por exemplo, conservadores e progressistas. Esta dimensão vai além da tradicional escala esquerda-direita pautada em termos de intervenção social na economia. A menor associação da variável ideologia nas votações relacionadas a questões econômicas e, pelo contrário, a superior conexão do componente ideológico em temas recentes presentes na agenda política, parece ter respaldo na asserção de que teríamos nos últimos tempos a emergência de questões pós-materialistas ou mesmo uma reorientação valorativa importante.

Em 16 das 24 leis analisadas, a ideologia prevaleceu (66,6%), embora aqui se tenha uma desproporcionalidade entre “velhos” e “novos” temas. Apenas oito votações diziam respeito a questões pós-materialistas e nessas a ideologia foi a variável com o melhor poder explicativo em todos os casos. Destaca-se ainda a diferença entre os coeficientes de contingência das variáveis independentes nos casos em que a ideologia sobrepuja, maior do que os casos em que a relação governo/oposição impera.

8. Considerações finais

Mesmo tendo ciência de que em se tratando de comportamento parlamentar muitas são as variáveis que interferem no voto, grupos de pressão, interesses eleitorais, estratégias organizativas, dentre outras, optou-se por colocar em disputa duas delas: posicionamento ideológico (E/D) e estratégico (G/O). O estudo em questão confronta duas variáveis que constroem de forma incisiva o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, a questão central que foi colocada é: qual o peso da ideologia atualmente na Câmara dos Deputados?

Diferente do que é apontado por autores como Lucas e Samuels (2011) e Zucco Jr. (2009; 2011) que afirmam haver no sistema partidário brasileiro uma baixa coerência ideológica e que o fazer parte do governo (ou não) é o principal determinante do voto, o trabalho em questão aponta para uma direção menos incisiva. Sem pretender negar a importância das relações presentes no nosso presidencialismo de coalizão, em temas com teor ideológico a ideologia prevalece e os partidos em sua maioria se posicionam de forma coerente com o que

é esperado do ponto de vista político-ideológico. Nos casos em que estão em jogo recursos financeiros robustos o posicionamento estratégico impera, isto é, o governo tende a poupar e/ou arrecadar, sobretudo em tempos de ajustes fiscais, enquanto que a oposição tende a se opor a medidas impopulares dessa natureza. As votações que concernem direitos trabalhistas servem para ilustrar tal constatação. A esquerda governista e o PT cortam direitos trabalhistas quando as medidas beneficiam os cofres públicos. Quando elas não interferem ou os impactos são dispersos, terceirização da atividade-fim, por exemplo, a ideologia prevalece.⁹

Buscando melhor qualificar o relevante impacto da ideologia constatado na Câmara dos Deputados, fica patente a maior influência em temas que extrapolam a discussão clássica Estado *versus* mercado. Nos temas tidos como tradicionais, a ideologia se demonstra mais frágil para diferenciar o comportamento dos parlamentares dos diversos partidos. Tal constatação é coerente levando em conta que em grande parte dos temas estão implícitas questões de ordem financeira como citado anteriormente. Óbvio que nem todos “novos” temas são totalmente desconexos com os “velhos”, como talvez se possa imaginar. Em se tratando de questões morais, é notória uma independência que não é constatada, por exemplo, em se tratando de questões ambientais, em que a divergência pode estar em se defender uma maior ou menor regulação estatal do setor, por exemplo. De forma geral percebe-se uma aproximação entre esquerda e ambientalismo, multiculturalismo, participação e feminismo. Além de não priorizar as questões anteriores, faz parte do repertório da direita uma atuação mais pró-mercado e conservadora quando estão em jogo temas morais.

Empiricamente, não faz sentido, pelo menos a partir do conjunto de casos analisados, afirmar que direita e esquerda são termos ultrapassados e que os termos não carregariam consigo significados distintos e, além do mais, serviriam como balizadores do comportamento efetivo dos agentes políticos. Partidos de esquerda e direita se comportam de forma distinta e consideravelmente previsível, mesmo havendo a interveniência de outras variáveis, dependendo do que está em pauta. Além de serem termos pouco estáticos, isto é, adquirem acepções distintas com o passar do tempo e com características locais, ainda denotam concepções e metas divergentes e que vêm à tona quando os partidos se posicionam. Na Câmara dos Deputados em particular, faz sentido ainda falarmos em esquerda e direita e em ideologia dos partidos políticos.

Referências bibliográficas

Aggio, Alberto. Construir uma esquerda transformadora. In: Almeida, F. I. de. (org.). *O que é ser esquerda hoje?* Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

⁹ Atentando-se aos períodos em que ocorreram as votações objeto de análise, vale destacar a interferência de fatores conjunturais. Se em 2011 o impacto das variáveis ideologia e governo/oposição se equiparou (3/3), o mesmo não ocorre em 2015, com a supremacia da ideologia (8/4). Para além do impacto dos temas no comportamento parlamentar, faz-se necessário apontar a falta de apoio ao governo Dilma a partir do segundo mandato.

Almeida, Alberto Campos. *Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto*. Trabalho apresentado no 25º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2001.

Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, E.; Borón, A. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Belchior, Ana Maria. Are green political parties more post-materialist than other parties? An assessment of post-materialist forecasts. *European Societies*, v. 12(4), p. 467-492, 2010.

Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

Câmara dos Deputados. *Governo quer dificultar acesso ao seguro-desemprego*. 07 jan. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/480168-GOVERNO-QUER-DIFICULTAR-ACESSO-AO-SEGURO-DESEMPREGO.html>> Acesso em: 15 jun. 2016.

Carreirão, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14. Brasília, mai-ago. 2014, p. 255-295.

Charnock, David; Ellis, Peter. Postmaterialism and postmodernization in Australian electoral politics. *Electoral Studies*, v. 23(1), p. 45-72, 2004.

Couto, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Couto, Cláudio. *Ainda sobre esquerda e direita: a polarização direita-esquerda refere-se também à desigualdade de honra social, e não apenas a desníveis econômicos*. 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://qualidadedemocracia.com.br/ainda-sobre-esquerda-e-direita/>> Acesso em: 12 mai. 2016.

Fávero, Luiz Paulo Lopes; Belfiore, Patrícia Prado; Silva, Fabiana Lopes da; Chan, Betty Lilian. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Giddens, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Heywood, Andrew. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010a.

_____. *Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo*. São Paulo: 2010b.

Hofling, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cad. CEDES.*, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08 jan. 2007.

Inglehart, Ronald. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

Jou, Willy. How do citizens in East Asian democracies understand left and right? *Japanese Journal of Political Science*, v. 12, p. 33-55, apr. 2011.

Keynes, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Kinzo, Maria D'alva. O quadro partidário e a Constituinte. In: Lamounier, B. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

Krause, Silvana; Machado, Carlos; Miguel, Luis Felipe. (orgs.) *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da Universidade Estadual Paulista (EDUNESP), 2017.

Layman, Geoffrey. C.; Carmines, Edward G. Cultural conflict in American politics: Religious traditionalism, postmaterialism, and U.S. political behavior. *Journal of Politics*, v. 59(3), p. 751-777, aug. 1997.

Leoni, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998). *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

Lucas, Kevin; Samuels, David. A "coerência" ideológica do sistema partidário brasileiro: 1990-2009. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). *O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Madeira, Rafael Machado; Tarouco, Gabriela da Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

Moraes, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 dez. 2006.

Oliveira, Heloisa Maria José de. *Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais*. São Paulo: Cortez, 2003.

Ribas, José Roberto; Vieira, Paulo Roberto da Costa. *Análise multivariada com o uso do SPSS*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

Ribeiro, Luci. et al. *Governo edita MP que eleva de 15% para 20% CSLL de bancos*. 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-edita-mp-que-eleva-de-15-para-20-csll-de-bancos,1692171>> Acesso em: 15 jun. 2016.

Ricci, Paolo. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2015.

Rosas, João Cardoso; Ferreira, Ana Rita (orgs.) *Left and right: the great dichotomy revisited*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

Sader, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Setembrini, Domenico. Social-Democracia. In: Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 9. ed., 1997.

Smith, Adam. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.

Souza, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

Spiegel, Murray R. *Estatística*. 3. ed. São Paulo: Madron Books, 1993.

Tarouco, Gabriela da Silva. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>> Acesso em: 11 nov. 2013.

Tarouco, Gabriela da Silva; Madeira, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, v. 21, n. 45, mar. 2013.

Tarouco, Gabriela da Silva; Vieira, Soraia Marcelino; Madeira, Rafael Machado. Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos. *Revista Política Hoje*, 2. ed, v. 24, p. 135-150. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/view/395/207>> Acesso em: 11 abr. 2016.

Thomassen, Jacques. Political communication between political elites and mass publics: the role of belief systems. In: MILLER, W. et al. *Policy representation in western democracies*. New York: Oxford University Press, 1999.

Villeneuve, Leônidas. *Financiamento público de campanha pretendido pelo PT só existe em um país: o Butão*. 15 set. 2015. Disponível em: <<http://spotniks.com/publico-ou-privado-saiba-como-sao-financiadas-as-campanhas-politicas-ao-redor-do-mundo/>> Acesso em 25 set. 2015.

Wood, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Zucco Jr., Cesar. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. *The Journal of Politics*, v. 71, p. 1.076-1.092, 2009.

_____. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: Power, T. J.; Zucco Jr. (orgs). *O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.